

ADOÇÃO DE AMBIENTES 100% LIVRES DE FUMO: TRAGÉDIA ECONÔMICA OU BENEFÍCIO PARA TODOS?

Evidências científicas são unânimes no que diz respeito ao tabagismo passivo e às doenças causadas devido à exposição à poluição tabagística ambiental (PTA): não existem níveis seguros de exposição aos efeitos nocivos da PTA e o único meio seguro de proteção da população é a adoção de ambientes 100% livres de fumo¹.

A Convenção Quadro para o Controle do Tabagismo é o primeiro tratado mundial de saúde pública, promovido sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde, assinado por 168 países e ratificado, até janeiro de 2008, por 151, inclusive pelo Brasil. Em seu artigo 8º, a Convenção Quadro recomenda que os países signatários elaborem e apliquem leis de ambientes fechados 100% livres de fumo, que se promova a educação para a sensibilização da população e a fiscalização do cumprimento da lei².

Vários países e estados implementaram leis de espaços públicos fechados livres de fumo sem grandes dificuldades, diante das evidências apresentadas. Ambientes 100% livres de fumo têm condições de serem implementados, têm apoio da população em geral e não apresentam impactos negativos -- ao contrário, os impactos são positivos no setor da hospitalidade ou qualquer outro. Estas leis têm impacto positivo e imediato na saúde pública, reduzindo quase imediatamente os ataques cardíacos e problemas respiratórios.

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Experiências como o *Smoke-free Air Act*, da cidade de Nova York, Estados Unidos, mostram que a proibição do fumo é uma solução viável para o problema, não acarretando perdas econômicas, como pregado pela indústria do tabaco, que cria mitos e induz alguns setores da indústria da hospitalidade contra as medidas.

Desde março de 2003 em vigência, seu relatório de um ano registrou que houve adesão de 97% dos restaurantes e bares da cidade e que houve um aumento drástico na qualidade do ar dos ambientes. Estimou-se que 150 mil trabalhadores não eram mais expostos à PTA no trabalho e observou-se uma diminuição de 85% nos níveis de cotinina nos trabalhadores não-fumantes. Em pesquisa, 16% da população disseram ter passado a freqüentar mais os restaurantes e bares com a lei, 73% disseram não ter mudado de comportamento e a minoria, 11%, disse que passou a freqüentar menos os restaurantes e bares com a proibição do fumo³. Em julho de 2003, todo o Estado de Nova York passou a ter o fumo proibido em ambientes coletivos fechados, com multas de até mil dólares por infração⁴.

O estado da Califórnia se tornou livre de fumo em 1995 e os seus bares, em 1998. Pesquisa feita com os dados da compra de bebidas, entre 1992 e 1998, mostrou que cresceu em cerca de 10% o consumo de bares e restaurantes, gerando mais impostos⁵.

Outros estados americanos também adotaram legislação igual.

Um relatório da KPMG⁶, feito em 2001, sobre o impacto econômico da adoção de leis de ambientes livres de fumo na indústria da hospitalidade de Ottawa, Canadá, mostrou que houve um aumento de 6,5% nos setores de hotelaria e de alimentação; o fechamento de restaurantes foi menor que no período anterior; houve um aumento de 6,5% na criação de novos bares e tavernas. Outra pesquisa, feita em 2003, em Ontário, Canadá, não encontrou evidências de que a lei de ambientes livres tenha causado efeitos negativos nas vendas de bares e restaurantes.

Na Irlanda, outrora terra dos pubs enfumaçados, foi aprovada a lei que tornou proibido fumar e um estudo mostrou que 74% dos fumantes continuavam freqüentando os locais e, em contrapartida, cerca de 70% de não fumantes passaram a freqüentá-los também⁷.

Na França, desde 1o. de fevereiro de 2007 é proibido fumar em lugares de trabalho, inclusive em restaurantes, bares, nightclubs. Universidades e instituições de ensino devem ter áreas abertas para fumantes.

Irlanda do Norte, Itália, Escócia, Inglaterra, País de Gales, Noruega, Suécia, Finlândia, Nova Zelândia, Bermuda, Uganda, Malta, Uruguai, Hong Kong e Butão são exemplos de países que adotaram legislações de espaço livre de cigarro para locais de trabalho, incluindo a indústria de hospitalidade. Portugal adotou a legislação no começo de 2008 e, na Tailândia, a partir de 11 de fevereiro de 2008, será proibido fumar em pubs, bares, restaurantes sem ar-condicionado, mercados livres e outros locais fechados e abertos a não ser em áreas designadas. Na Tailândia já é proibido fumar em bares e restaurantes com ar-condicionado desde 2002.

PERDAS ECONÔMICAS OU MAIS MENTIRAS?

A exemplo de outras questões relativas ao controle do tabagismo, a proibição do fumo em ambientes fechados, especialmente os da indústria de hospitalidade, sempre foi encarada pela indústria do tabaco como causadora de perdas econômicas, de empregos e de rentabilidade para os estabelecimentos.

Estudos feitos em 2003 compararam a qualidade e o financiamento de pesquisas que concluíram sobre o impacto econômico negativo das políticas de ambientes livres na indústria de hospitalidade aos estudos que demonstravam não haver esses impactos negativos. Esses estudos evidenciavam que a freqüência nos locais permaneceu estável e/ou aumentou e os únicos estudos com resultados diferentes foram patrocinados pela indústria do tabaco.

Além disso, uma revisão de 26 outros estudos, feita pela OMS, mostrou que a legislação de ambientes livres de fumaça ajuda fumantes a pararem de fumar. Fumantes diários, segundo esta revisão, fumam 30% mais se for permitido fazê-lo no ambiente de trabalho.

LIÇÕES APRENDIDAS

As experiências internacionais produziram várias “lições aprendidas”⁸ para os legisladores, que podem ser levadas em consideração para a execução bem sucedida de políticas públicas, e para a população em geral, que pode exigir mais de seus legisladores. São elas:

- É necessária uma legislação que obrigue ambientes fechados a serem livres de fumo para proteger a saúde pública – e não políticas facultativas.
- As leis devem ser simples, claras, abrangentes e com capacidade de cumprimento.
- É crítico que os legisladores se antecipem e respondam à oposição da indústria do tabaco, que muitas vezes mobiliza ‘terceiras partes’.
- O envolvimento da sociedade civil é fundamental para atingir a efetividade da legislação.
- A educação e conscientização são importantes para assegurar uma implementação suave, moderada, sem extremismos.
- Deve ser feito um planejamento para a implementação e deve-se contar com uma infra-estrutura de fiscalização para o cumprimento da lei.
- A implementação de ambientes sem fumo deve ser monitorada e, idealmente, seu impacto deve ser medido e a experiência documentada.

REFERÊNCIAS

- 1 M Scollo, A Lal, A Hyland, S Glantz, em “Review of the quality of studies on the economic effects of smoke-free policies on the hospitality industry”, 2003.
- 2 Conferências das Partes, Convenção Quadro para o Controle do Tabagismo, 2a sessão, 26/04/2007.
- 3 New York City Department of Finance *et al.*, 2004.
- 4 New York State Department of Health, 2003.
- 5 California Department of Health Services, Tobacco Control Section, November 2000.
- 6 KPMG Report – The Economic Impact Analysis of the No-Smoking Bylaw on the Hospitality Industry, 2001
- 7 IRELAND, “Smoke-free Workplace Legislation Implementation” www.otc.ie – Progress Report, May 2004
- 8 Organização Mundial da Saúde, Políticas de Recomendação sobre a Proteção à Exposição ao Tabagismo Passivo.

